

A Pequena África e o plano de melhoramentos de 1874/76: Etnia e “Urbanismo”

Resumo

As muitas cidades existentes no Rio de Janeiro em 1870 podem ser apreendidas de várias formas. Optei por articular os modos de vidas dos moradores de uma região densamente povoada no core da cidade com as primeiras discussões urbanísticas encetadas pelos engenheiros; essas discussões engendrariam aquilo que no início do século XX se materializaria na Fúria Regeneradora e mais tarde se denominaria de Urbanismo Moderno.

Este trabalho é parte do projeto intitulado “Gênese social do urbanismo moderno no Rio de Janeiro 1920/45: projetos e modos de vida” coordenado por mim e com o apoio da USS e da FAPERJ. Este texto busca articular um momento da discussão urbanística no século XIX, a ocasião do Plano de melhoramento de 1874/76 com a vida da população da Freguesia de Santana. A escolha do território não foi aleatória pois parto do suposto que a Freguesia de Santana foi aquilo que Santos denominou de zonas urbanas opacas¹, isto significa dizer que ao me debruçar sobre esse território não o vejo como um lugar subalterno mas um espaço onde a população estava criando, no sentido de criativamente, outras respostas à ordem.

As muitas cidades existentes no Rio de Janeiro em 1870 podem ser apreendidas de várias formas. Optei por articular os modos de vidas dos moradores de uma região densamente povoada no core da cidade com as primeiras discussões urbanísticas encetadas pelos engenheiros; essas discussões engendrariam aquilo que no início do século XX se materializaria na Fúria Regeneradora e mais tarde se denominaria de Urbanismo Moderno. Assim, algumas considerações se fazem necessárias.

A filiação possível entre 1870 e 1920 (momento sobre qual me debruço a duas décadas) não é linear, daí ser imperativa a explicitação do que é a cidade hoje para fazer essa ligação. A tragédia urbana brasileira atual, segundo Maricato não foi produto das décadas perdidas (1980/90) como denunciam alguns pensadores sociais. As últimas décadas aprofundaram a desigualdade existente nesta sociedade historicamente e tradicionalmente desigual. A partir da privatização da terra (1850) e da emergência do trabalho livre (1888) percebe-se com mais clareza que é na cidade que se realiza a reprodução da força de trabalho, e nas cidades brasileiras, de uma maneira geral, esta reprodução não se deu totalmente pelas vias formais e sim pelos expedientes de

¹ SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.SP:Hucitec,1996, p.

subsistência. Essa característica acompanharia e atravessaria o século XX, marcando decisivamente a produção das cidades e a vida nas cidades brasileiras².

Buscar na década de 70 do século XIX as raízes da tragédia urbana brasileira pode parecer um artifício metodológico sem sentido, mas o crescimento urbano nestas paragens sempre se deu à custa da exclusão social, seja inicialmente do escravo e depois do trabalhador pobre; pensar as cidades e sua intervenção passam a ganhar nova dimensão quando articulamos com aquilo que ela deveria ser e no caso do Brasil nunca foi plenamente: lugar de reprodução do capital e do trabalho, assim, desde já devo deixar claro que considero a cidade formal como sinônimo de cidade capitalista, e que ela se assenta discursivamente e materialmente sobre a questão fundiária e, sobretudo no desinteresse pelas questões relativas à reprodução da força de trabalho.³

A partir da ambiência política que a experiência do debate da Lei do Ventre Livre criou, emergiu um novo espaço político e nessa nova arena de embates sociais ocorreram rearranjos na concepção de como pensar estes conflitos. A sociedade vivenciou este processo de várias formas, uma delas foi traduzida em uma nova maneira de pensar a cidade.

A discussão que envolvia o fim da escravidão implicava em uma nova discussão sobre a cidade. A cidade escravista, tal como o nome já diz, se assentava na existência de equipamentos e estrutura urbana calcados no braço escravo. As redes eram encarnadas literalmente pelos cativos. Não havia problemas urbanos porque todas as necessidades de uma economia urbana eram satisfeitas pelo braço escravo. Um bom exemplo disto era a falta de discussão sobre saneamento. Para que pensar em uma rede de esgoto se na esfera privada podia-se resolver com os tigres?

A proximidade do fim da escravidão levou um grupo de profissionais a repensar a cidade. Este mesmo grupo já era acionado para organizar o escoamento da produção por meio da construção de portos, pontes e ferrovias, pois era da alçada da engenharia. Como parte desta estrutura localizava-se na cidade, esse grupo profissional intervinha no lócus urbano. Esta intervenção era restrita na medida em que somente a materialidade relacionada à estrutura produtiva voltada para a exportação era atingida

² MARICATO, Ermínia. Urbanismo no mundo globalizado: metrópoles brasileiras IN. *São Paulo em Perspectiva*, 2000, n 14 (4), 21-33

³ MARICATO, Ermínia. Urbanismo no mundo globalizado: metrópoles brasileiras IN. *São Paulo em Perspectiva*, 2000, n 14 (4), 21-33

As demais partes da cidade eram pensadas somente em tempos de crise. As epidemias que constantemente assolavam a cidade eram o motor da discussão sobre os problemas urbanos. Os médicos da Academia Imperial eram chamados em épocas de crise para resolver emergencialmente a epidemia do momento. Assim o Rio nos anos 70 sofria dois tipos de intervenção, a dos engenheiros visando organizar a estrutura produtiva da cidade e os sanitaristas buscando solucionar o problema das epidemias.

Os dois tipos de intervenções aparentemente não se conectavam, mas na materialidade se juntavam à medida que ampliar uma rua seja para aeração ou para melhorar a passagem das cargas, significava a ampliação de via pública e efetivamente aumento de conforto para a população.

Para além destas intervenções, as maquinarias do conforto eram encarnadas pelos escravos. Com os olhos de hoje, a cidade poderia ser vista como o lugar da mais completa desordem, não só porque não havia um discurso sobre ela, e principalmente porque a lógica capitalista de se assenhorear do espaço necessitaria ainda de um longo tempo para se impor nas várias esferas que compõem a vida da cidade.

O Plano de melhoramento de 1874/76 pode ser pensado enquanto resposta para essa nova demanda. Emergiu em um momento de crise, as epidemias de febre amarela assolavam a cidade e exigiam das autoridades soluções para uma cidade mais salubre. Sob a égide do discurso da Higiene, a Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro produziu três relatórios que explicitariam a leitura que Engenharia tinha da cidade. A novidade estava em sua composição, formada também por engenheiros e em função disto as soluções apresentadas apesar de ligadas à Medicina Social era da esfera da Engenharia⁴.

Até aquele momento toda intervenção tinha como diretriz e se organizava em torno do Relatório Beaurepaire, isto é, toda a apreensão dos problemas relativos à Corte se dava a partir de um estudo elaborado em 1848, pelo então diretor de obras municipais Barão Henrique de Beaurepaire Rohan. O relatório foi destinado a orientar um conjunto de intervenções urbanísticas no Rio, tendo como principais objetivos a “salubridade pública” e o “aformoseamento do município e cômodo de seus habitantes”.

A nova Comissão composta de engenheiros voltou-se desde o início para a zona norte da cidade, não só porque São Cristóvão se localizava na região, mas porque os

⁴ Sobre o plano e as novidades introduzidas pela engenharia ver SILVA, L. IN MOURA, A e Sena Filho, N (orgs). *Cidades: relações e poder e cultura urbana*. Goiânia: ed Vieira, 2005, p 171-192.

projetos propostos seriam utilizados como os primeiros laboratórios onde se experimentariam articular as atuações do Estado com os capitais imobiliários e de transporte. Espaço valorizado, pois era a sede do poder e região do palácio do imperador, ainda não era densamente povoado. O vetor de crescimento proposto no *plano* era Vila Isabel, ratificando em parte as indicações preconizadas no Relatório Beaurepaire.

O que interessa ressaltar é que a área priorizada para a atuação da Comissão foi aquela que compreendia a freguesia de SANTANA, apesar da região conhecida como centro velho ser a mais insalubre, necessitando, portanto de maior intervenção. O core foi preterido não só por ser a área mais antiga e densamente ocupada, mas porque as desapropriações seriam elevadíssimas inviabilizando os projetos. Vejamos então o que os relatórios propunham enquanto projetos.

O primeiro relatório, aquele apresentado em 1875, se referia às reformas da área compreendida entre “o Campo da Aclamação até a Raiz da Serra”, grosso modo, seriam atingidos pelos projetos os bairros da Cidade Nova, Engenho Velho, Andaraí e São Cristóvão. A idéia central era retificar e ampliar ruas e avenidas para melhorar a aeração e o acesso aos bairros, além de criar novos espaços, ganhos das áreas alagadiças



Canal do mangue depois da urbanização.

O Canal do Mangue foi eleito o principal eixo da ação dos melhoramentos. As idéias de Haussmann seriam expostas nos projetos do *plano de melhoramentos* a partir do Mangue no sentido da zona Norte, deixando de lado as áreas que mais precisavam. Diferente de Paris onde quarteirões inteiros foram removidos em áreas densamente povoadas, aqui as ruas largas e bulevares foram pensados para Tijuca e Vila Isabel, ainda espaço vazio.

Visto como foco de miasma, o canal seria desobstruído e alargado, sendo prolongado até o mar, ele receberia também as águas dos diversos rios da baixada do Maracanã que na ocasião era um grande charco. As novas áreas secas teriam ruas largas como o bulevar 28 de setembro, já inaugurado.

Na atual Praça da Bandeira, no espaço antes ocupado pelo matadouro seria construído um pavilhão de exposição, onde ficariam expostos permanentemente produtos e maquinarias, principalmente àquelas de uso agrícola.

As ruas largas saíam do campo da Aclamação indo à direção da Tijuca. Foram alargadas e retificadas as atuais Haddock Lobo (ruas Conde D Eu e Engenho Velho) Conde de Bonfim (Rua do Andaraí Pequeno) e Barão de Mesquita (Rua Andaraí Grande). Foi neste período que se canalizou e retificou os principais rios da região, tornando-a apta aos novos loteamentos.

Para se ter uma idéia da ocupação da região, os bondes da Rio de Janeiro Railway Company, a antiga Companhia São Cristóvão, transportaram mais de três milhões de passageiros no ano de 1871⁵.

Os projetos ainda que secundariamente valorizassem os empreendimentos que estavam ocorrendo na baixada da Aldeia Campista, aparentemente não tinham a preocupação com a inversão dos capitais imobiliários ali postos. Acredito que seja necessário uma investigação sobre a articulação dos projetos com o capital imobiliário e dos transportes, pois as reformas patrocinadas pelo Estado Imperial só beneficiaram aquela região e os capitais do café ali investidos.

Todas as sugestões contidas no plano tinham como referência uma cidade a ser alcançada, mais salubre e mais disciplinada. Diferentemente do relatório Beaurepaire que se concentrava em questões práticas como a drenagem dos pântanos e das áreas alagadiças, o plano de 1874 além das intervenções práticas para o espaço urbano como a

⁵ *Almanak Laemmert*. RJ: Typ E&H Laemmert, 1872, suplemento p. 72-73.

arborização de ruas e praças, o alargamento das vias e sua retificação e a reconstrução das edificações em lotes maiores; preconizava também normas reguladoras para questões como a limpeza pública e domiciliar, um tipo de zoneamento espacialmente segregador, já que previa determinados usos para os espaços como cemitérios, hospitais, albergarias, cocheiras e atividades industriais que utilizassem substâncias prejudiciais à saúde da população.

Para além da cidade pensada pelos melhoramentos do plano da comissão, havia a cidade real composta de vários territórios. Escolhi estudar mais amiúde um território que ficou conhecido como Pequena África com a idéia de vislumbrar como seus habitantes experimentaram socialmente as propostas do Plano de melhoramentos de 1874/76. Assim, neste momento estou interessada em apreender como a população da freguesia de SANTANA vivenciou esta reforma.

A Freguesia de Santana em 1870 era a maior freguesia urbana (em termos populacionais) da cidade, contava com 38.903 habitantes, destes 6458 viviam em 154 cortiços. Vinte anos depois ela possuiria 67.533 moradores, com uma população de 13.055 vivendo em 329 cortiços⁶. Era a freguesia que concentrava o maior número de cortiço.

Em 1870 a freguesia era ainda em parte uma região de pequenas chácaras e de funcionários públicos, lugar de passagem entre o bairro aristocrático de São Cristóvão e o Centro, embora os estivadores, principalmente os baianos⁷ se concentravam próximos ao Porto, ainda um conjunto de diversos trapiches. O paredão formado pelos Morros de São Diogo e Providencia separava essas duas realidades.

Era nesta região que se localizava a Rua Barão de São Felix, moradia de D Oba II e Tia Ciata, o terreiro de Alabá e onde ficava o famoso Cabeça de Porco. Essa rua era a principal via de acesso e comunicação entre a região dos trapiches e o Campo da Aclamação (Campo de Santana). Essas duas realidades se transformariam rapidamente em apenas uma, pois as chácaras com os seus pequenos funcionários iriam para os arrabaldes da Tijuca ou Botafogo (A nova de São Joaquim).

Área contígua ao centro, perto do porto, cortada pelas principais linhas de bondes, área com a maior concentração dos cortiços, significando, portanto alugueis baratos; a

⁶ CARVALHO, Lia Aquino. *Habitações Populares*, p.141 e 142

⁷ Chamo de baianos, o que genericamente denominou-se de Mina na cidade do Rio, ou seja, africanos, baianos e descendentes desta população que buscou recriar uma África mítica em solo carioca. Sobre isto ver SILVA, L *Luzes e Sombras na Cidade*. RJ: SMC, 2006

freguesia de Santana reunia todas as condições para abrigar uma população que já no tempo da escravidão vivia “sobre si”⁸. A pequena África começou no porto, mas sua capital era a Praça Onze.

Os negros, desde os tempos da escravidão, encontraram no porto o mercado de trabalho privilegiado, local onde escravo de ganho conseguia a diária do senhor, não só porque até a modernização do porto, o ato de carregar e descarregar eram feitos manualmente, mas porque este serviço podia ser feito com mão de obra avulsa. Com a abolição, os libertos continuaram dominando o cenário do cais, apesar da concorrência dos portugueses.

A Freguesia de Santana comportou vários territórios, a Pequena África foi um deles. A região situada no coração da cidade permitia que, em sua materialidade vários grupos convivessem e construíssem táticas diferenciadas de sobrevivência. Sob o manto das classes populares grupos sociais diversos enfrentavam o duro cotidiano e tentavam se incorporar em uma cidade/ sociedade que estava em transformação. *O Plano de Melhoramentos* foi visivelmente um instrumento desta tentativa de mudanças na medida em que indicava alterações na configuração da cidade. A freguesia pensada não era aquela composta pelo negros e imigrantes.

O Rio de Janeiro recebeu entre os anos de 1844 e 1878, 200 mil portugueses, estes em sua maioria pobres e camponeses. Este perfil assemelhava-se de certa forma com os negros que chegavam à cidade, vindos do interior do país, principalmente no Pós – Abolição, daí a concorrência entre os grupos. As “duas comunidades” dividiram os bairros populares da zona portuária, mas em condições diferentes.

Os portugueses que chegavam, ocupavam as atividades subalternas oferecidas no mercado de trabalho formal. Eles se empregavam no pequeno comércio varejista, pressionando o salário para baixo no mercado de trabalho regular. Segundo Moura⁹, alguns trabalhos eram recusados pelos negros por lembrarem as atividades aviltantes do tempo da escravidão. Mas com a concorrência dramática, muitos optaram a informalidade, daí o porto representar uma alternativa concreta de trabalho aos negros.

Os empregos subalternos eram ocupados rapidamente pelos portugueses, mas na estiva a disputa era acirrada, principalmente porque os escravos haviam monopolizado

⁸ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. SP: Cia das letras, 1999

⁹ MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. 2 ed, RJ: SMC.1995

as atividades portuárias até então. A modernização do porto no início do século XX fez desaparecer várias funções, como a do catraieiro, por exemplo, aumentando a disputa entre os dois grupos. A competição na estiva se transferiu para a esfera dos sindicatos, organizados em parte por etnia. A Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches de Café foi inicialmente apelidada de Companhia de Pretos e depois apenas de Resistência, neste sindicato como o nome já diz, era reconhecidamente composta por negro, já a União dos Operários Estivadores contava em seus quadros 40% de estrangeiros, em sua maioria portuguesa¹⁰.

Na década de 90 é possível ver com mais clareza o duro convívio entre os dois grupos, mas estas contradições já estavam colocadas nos anos 70, tal como a notícia abaixo relata

“Os pretos carregadores também fizeram a sua “parede”, mas à moda da Costa da Mina, isto é, ao som dos cacetese de gritarias quase selvagens. A causa foi terem exigido mais 20 réis pelo carreto de carne-seca aos negociantes do gênero, e terem este deliberado substituí-los por homens livres. Hontem, depois de 1 hora da tarde, reunira-se mais de 50 na Praça das Marinhas, quando os trabalhadores brancos estavam fazendo descarga e opuseram-se a que efetuassem. Travou-se luta (...) os agressores eram sete escravos e um preto liberto(...)”¹¹

Esse convívio intenso já ocorria nos anos 70. Chalhoub em *Visões da Liberdade* mostrou como a “cidade negra” misturava os escravos com o restante da população, naquilo que ele denominou de “cidade esconderijo”, dos muitos cortiços. Esses espaços potencializaram o convívio de negros e brancos, nacionais e estrangeiros que aí compartilhavam das “agruras” da vida ao dividirem o mesmo espaço do cortiço, estabelecendo laços de solidariedade. Eram também nesses espaços que emergiam relações conflituosas que, não raro terminavam em brigas e nas delegacias.

A Freguesia de Santana comportava uma população heterogênea que fazia usos diferenciados da cidade. Em 70, grosso modo, os baianos temidos pela polícia, descendentes dos minas, eram capoeiras, estivadores ou vivendo de pequenos expedientes não se diferenciavam dos cativos que existiam e vivia “sobre si” nos cortiços de Santana. Com histórico de suspeição e indiferenciados por aqueles representavam e exerciam o poder, razão do contínuo desassossego dos chefes de Polícia, esses habitantes buscaram recriar uma África mítica nas ruas estreitas da freguesia.

¹⁰ ALMEIDA, Luiz Gustavo N de. *Estivadores do Rio de Janeiro*. RJ: Topbooks, 2003

¹¹ *Diário do Rio de Janeiro* de 3 de maio de 1872, apud Bastos, E. p.105

Colocados no mesmo patamar que os baianos, na medida em que eram vistos como pertencentes às classes perigosas, os portugueses dividiam os cortiços e espaços da freguesia. Diferentemente dos primeiros, que tinham na configuração espacial um referencial de memória lutas, a nova configuração para eles não implicaria em reorganização das estratégias de lutas, mas isto não significa que eles aceitassem placidamente o lugar que lhes queriam imputar. Vistos como modelo de bom trabalhador, assumindo o mercado de trabalho formal, eles também não aceitavam a posição subalterna que a classe dominante desejava impor.

Longe da região dos trapiches, denominada de bairro rubro, no Rocio Pequeno florescia uma cidade moderna. Na rua São Pedro da Cidade Nova (que mais tarde se chamaria Senador Eusébio, e hoje pista lateral da Presidente Vargas) existia a fábrica de gás e sua vila operária (inicialmente do Barão de Mauá, mas em 70 pertencia ao grupo inglês, em função da enchente de 1867) e na rua do Sabão da Cidade Nova (depois Visconde de Itaúna, atualmente pista lateral da Presidente Vargas) o asilo de mendigos e a estação central dos bondes da Cia. de São Cristóvão. Era essa cidade que o Plano visava contemplar, mas ao direcionar suas ações ao Andaraí Pequeno e a Aldeia Campista, essa população começaria a deslocar-se para essa nova região ou para Botafogo.

O Plano de Melhoramentos buscou por meio da intervenção na materialidade urbana organizar uma cidade que misturava livres e cativos e o uso dos espaços. Ainda seria um longo processo de adequação da urbe ao capital e da disciplinarização dos diversos grupos sociais que nela habitavam e só a República foi capaz de realizá-lo. Ao tornar premente essa necessidade, o Estado e as classes dominantes criariam o terreno fértil para o surgimento do Urbanismo.

Até que isto pudesse acontecer, Haussmann desabrocharia como uma flor em terras cariocas, ou melhor, como palmeiras no Mangue, tal como a fotografia de Ferrez¹².

¹² Fotografia de Marc Ferrez, Canal do mangue, 1905, acervo Instituto Moreira Salles



Canal do Mangue, 1905. Fotografia de ferrez